

Pressões quase causaram renúncias

BRASÍLIA — Em pelo menos dois momentos o presidente Jarbas Passarinho (PPR-PA) e o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) tiveram de ser contidos para não renunciarem ao comando da CPI da máfia do Orçamento. As pressões corporativistas e as provocações de parlamentares que pretendiam ficar de fora das convocações levaram Passarinho a pôr o cargo à disposição em um dos momentos decisivos da CPI.

Na véspera da data fatal da CPI, antes da prorrogação, a principal discussão era a falta de tempo para ouvir todos os citados. Havia a guerra contra a convocação dos governadores e o risco de ficar gente de fora. Passarinho endureceu: "Ou todos são convocados ou ponho meu cargo à disposição", disse.

— Se ele entregasse o cargo, melava tudo. Mas conseguimos contornar o problema com a



Passarinho e Magalhães por pouco não renunciaram a seus cargos na CPI

prorrogação do prazo para o relator e a convocação inclusive dos governadores — contou o deputado José Genoíno (PT-SP).

Outro momento tenso, quando da descoberta dos documentos da Odebrecht, obrigou a entrada em campo de Passarinho e do senador Mário Covas (PSDB-SP), para evitar que Roberto Magalhães renunciasse. Antes da di-

vulgação do conteúdo dos documentos, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) convocou as principais lideranças do Congresso para uma reunião em sua casa. Magalhães não foi convidado porque tinham de descobrir antes uma forma de comunicar que seu nome havia sido citado nos documentos, na lista de parlamentares que supostamente ajudariam a Odebrecht em CPIs.